Franklin Távora
A dimensão nacional de um regionalista

VINÍCIUS BARROS LEAL(*)

A 18 de agosto de 1888, falecia quase repentinamente, no Rio de Janeiro, o Dr. João Franklin da Silveira Távora, na idade de 46 anos. Taunay, em seu discurso fúnebre, disse o quanto significava esse fato para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O golpe cruel e inesperado abalara a todos, acostumados já há 8 anos ao convívio amável, prestativo e inteligente do escritor, jornalista, crítico e historiador cearense.

Com zelo e atividade contínua exercera diversos cargos na diretoria, brilhando como orador e contribuindo, nos cargos de 1º secretário e de Presidente de Comissões, para o maior realce, renome e progresso da tradicional instituição cultural.

Personalidade curiosa e interessante da época, estão ainda para serem estudadas as múltiplas facetas de sua laboriosidade literária e das diversas fases da evolução de seu espírito. Ressaltou Taunay a sua nobreza de caráter e o seu entranhado amor à verdade imitado por alguns, apreciado por muitos e incompreendido pela maioria.

Nasceu em Baturité, Ceará, no vale do Candéia, em sítio de propriedade de seu avô materno, a 13 de janeiro de 1842. Foi seu pai o pernambucano Camilo Henrique da Silveira Borges Távora Indígena (*sic*), que bem cedo retornou ao Recife, levando o filhinho, que passou a morar com o seu tio Felizardo da Silveira Borges Távora.[1]

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará

[1] Manuel Pinheiro Távora, RIC, 1971, p.85.

A família materna do escritor, já há muitos anos era radicada na zona serrana, oriunda que era de velhos troncos paraibanos e pernambucanos. Luís Gomes da Silveira, de Mamanguape, PB, tivera grande projeção no incipiente meio, tendo conquistado, por herança e compra, vastas glebas à margem do fértil vale do Candéia e na zona sertaneja adjacente. Aí vivia, com certa opulência e consideração de todos os demais habitantes do planalto e do termo de Monte-mor o Novo d'América, topônimo oficialmente então vigente para nomear a vila de índios Jenipapos e Canindés aldeados em 1764.

Um filho de Luís, Antônio Gomes da Silveira, foi o avô de João Franklin. Ocupou cargos de relevo, tendo deixado aos seus herdeiros o sítio Serrinha da Glória, onde, anos mais tarde, nasceria Távora. O major Antônio era filho do segundo matrimônio de seu pai, o Patriarca, que convolara em primeiras núpcias com D. Maria Vidal de Negreiros. Pelo primeiro inventário, feito em 1766, nota-se o *status* bem elevado da família. Fora oferecido à colação, bens móveis e imóveis no valor de 940$000 (novecentos e quarenta mil réis), quantia bem elevada para a época, quando um boi de açougue custava 3 patacas. Eram terras no Candéia, Cangati, Quixeramobim e na Paraíba.

No segundo inventário do casal fundador, 14 anos mais tarde, por morte do Patriarca, verifica-se a decadência da fortuna familiar. Agora, apenas 256$000 (duzentos e cinqüenta e seis mil réis) era a quanto alcançava. A "seca dos três sete" se encarregara de reduzir a escravaria, os animais, liquidara o ouro, a prata e até mesmo os objetos de uso doméstico. De um outro inventário de Baturité, feito na mesma época, encontrei a seguinte declaração da meeira inventariante: "Toda a escravaria foi vendida em 78, para não morrermos de fome". Outro, oferece um sentido mais dramático à mesma deliberação tomada num momento de grande tormento. Declara ele: "esses escravos foram vendidos para remir os meus filhos na fome de 78".

Aos Gomes da Silveira restavam as terras do Candéia onde a família continuava, protegida de maiores adversidades pela fácil recuperação do solo fecundo e ubérrimo, pela amenidade do clima e salubridade das águas e alimentos.

O Dr. Manuel Pinheiro Távora, na *Revista do Instituto do Ceará*, tomo LXXXV (1971), afirma ser João Franklin Távora filho ilegítimo de Camilo Henrique e Maria Santana da Silveira. Nenhum outro autor faz declaração semelhante. Hoje, difícil se faz a comprovação do fato em vista da inexistência do livro paroquial onde deveria ter sido consignado o registro do batizado. Outras provas são desconhecidas. Esse fato, se confirmado, viria a esclarecer certas particularidades do comportamento do autor de "Lourenço".

A transferência para o Recife modificou-lhe os hábitos de menino serrano. Mas, essas reminiscências nunca fugiram de seu espírito. Em diversas ocasiões manifestou, em seus escritos, uma certa nostalgia da terra natal.

Terminados os estudos secundários, ingressou no Curso de Direito do Recife, aos 17 anos. Encontrava-se ali uma plêiade de jovens devotados aos estudos e que mais tarde brilharia no cenário político, literário e religioso da nação. Preparava-se o meio intelectual pernambucano para um dos maiores movimentos espirituais que já viveu o Norte brasileiro. Estava próximo de nascer a "Escola do Recife", que se firmaria logo mais, com a chegada à capital pernambucana de intelectuais do mais alto gabarito. Na maioria muito jovens ainda, mas, já bem preparados para os pleitos que se anunciavam. Clóvis Beviláqua, na sua *História da Faculdade de Direito do Recife*, oferece detalhes sobre esses preparativos.

Em 1863 termina Franklin o curso jurídico, juntamente com 9 outros cearenses: Raimundo Teodorico de Castro e Silva, que mais tarde seria Presidente do Piauí e Chefe de Polícia de Pernambuco, José Austregésilo Rodrigues Lima, Antônio Raulino de Sousa Uchoa, Joaquim Pauleta Bastos de Oliveira, José Joaquim Domingues Carneiro, Trajano Viriato de Medeiros, entre os que mais sobressaíram.

O início dos estudos dessa turma coincidia com um novo alento que a partir de 1856 tomara a Academia, com a jubilação de professores quase decrépitos e a nomeação de novos lentes. Este fato, aliado à reforma estatutária, modificou de tal maneira o tradicional estabelecimento de ensino superior, que fez surgir um

empolgante surto de vida nova nos velhos corredores olindenses.[2] Perduravam ainda, apesar da reforma, as sabatinas no último dia da semana, quando toda a matéria dada neste período era recordada. Além do mais, a rigorosa disciplina, com punições severas aos transgressores da boa ordem, continuava de pé.

Os professores eram escolhidos entre os homens mais conhecidos das letras jurídicas brasileiras. Muitas cerebrações disputaram as vagas oferecidas em concursos memoráveis. Até mesmo José Bonifácio, o moço, filho de Martim Francisco, correu pressuroso de São Paulo, onde ocupava uma Cátedra, para substituir um professor jubilado no Recife.

Já distanciavam os tempos em que a Academia tinha mais de Seminário do que de uma Escola de preparação de bacharéis em letras jurídicas e sociais.

Coincidentemente com esses primeiros anos de Faculdade, surgia em 1862 o primeiro vagido daquele movimento que Sílvio Romero batizaria de "Escola do Recife". Nesta época, encontrava-se ali, vindo de sua terra natal, Sergipe, o grande Tobias Barreto, que desejava ingressar na Faculdade. De pronto, projetou sua inteligência fulgurante no meio acadêmico. Apreciador de Vitor Hugo, plasmou sua poética no gênio do notável francês. Nesta fase ainda revolta e sem rumo bem orientado, passou pela escola do panteísmo, do lirismo, firmando-se um pouco na "Escola Condoreira", na qualificação de Capistrano de Abreu.

Franklin Távora, já nessa época, formava ao lado do ardoroso sergipano, juntando o seu entusiasmo juvenil ao de Araripe Jr., Carneiro Vilella, Palhares e Eduardo de Carvalho (Clóvis Beviláqua, II, 84). É verdade que em Franklin não ressoavam bem os exageros e violências, a voluntariedade e rebeldia de Tobias, mas o homem fascinava os condiscípulos ao ponto de arrastá-los a considerar o alemão o seu latim. Nessa onda, levou toda a mocidade acadêmica a abandonar o antes vestálico Hugo, pelo "santo nome de Haeckel". Juntamente com a paixão pelo pensamento alemão desandava com tudo que fosse francesismo. Tobias, sem

[2] Clóvis Beviláqua. História da Fac. de Direito do Recife I, p. 124.

dúvida, foi o grande incentivador da inteligência dos estudantes seus contemporâneos.

Foi nessa fase de sua vida de estudante que Távora ingressou nas letras. Freqüentando os meios literários da moda, foi solicitado por amadores do Teatro de Olinda para compor uma peça. Desse convite saiu, em 1861, *Um mistério em família,* trabalho realizado em dez dias, atestando assim a sua efervescência intelectual. Nesse mesmo ano publicou *A trindade maldita* subtitulado *Contos no botequim,* onde se nota a grande influência de Álvares de Azevedo. Estava lançado ao grande público. Ainda na Faculdade, escreveu o romance histórico *Os índios do Jaguaribe,* reverenciando sua terra natal, demonstrando, no entanto, qualidades literárias ainda não completamente aprimoradas, em formação.

Uma longa pausa de quatro anos entre estes trabalhos e o próximo romance.

* * *

Os professores da faculdade do Recife destacavam-se dos demais: eram admirados, cortejados, enaltecidos. E não era em vão esta exaltação. Mereciam, de fato, as homenagens, e a geral aclamação. Constituíam a flor da intelectualidade do tempo; participavam pouco das imperfeições dominantes, personificavam as virtudes da raça humana. Eram endeusados. Professor da Academia! Privilegiados entre tantos, distanciavam-se do restante da população pela discrição, pela maneira correta no trajar, pelas amizades influentes, pela capacidade de dirigir e tratar com os semelhantes. E se a par disso portassem a jovialidade, a graciosidade do chiste, a *causerie* e a bravura da palavra, nada mais faltava para serem tratados à lei da divindade. Formavam séquito.

E com estas qualidades eram muitos os lentes da Faculdade. Enumeremos aqueles que mais influenciaram a formação cultural e espiritual de Távora durante os cinco anos de convivência na Escola. Destaco Pedro Autran da Mota e Albuquerque, profundo conhecedor da Ciência do Direito, formado na França. Era orador fluente e expositor claro e sintético. Católico convicto, mas não

extremado, tinha, no entanto, o pensamento próprio a respeito dos problemas religiosos da época. Defendia o direito temporal do Papa, mas não confundia esta prerrogativa com os direitos humanos próprios das necessidades de uma vida social libertada de quaisquer sujeições absolutas. O poder legítimo era a Constituição do Estado aceita e conformada com ela pelos súditos.

Declarada a Guerra do Paraguai, Lourenço Loureiro, rigoroso na disciplina que lecionava, mesmo sendo português de nascimento, apresentou-se para marchar à frente de combate em defesa da Pátria de adoção. Nessa atitude varonil, acompanharam-lhe vários discípulos.

Paula Batista, jornalista, político, orador afamado, equiparava-se a Tobias Barreto no vasto conhecimento do Direito, no arroubo da palavra, na precisão das citações, no equilíbrio entre as construções jurídicas do passado e a realidade do presente. Jerônimo Vilela, jornalista e literato, era o autor da conhecida sátira à família dominante em Pernambuco:

"Quem viver em Pernambuco
Deve estar desenganado
Ou há de ser Cavalcanti
Ou há de ser cavalgado".

Brás Florentino, parlamentar, jornalista e teólogo. Catedrático de Direito Público e Constitucional, inteligência pouco comum, dilatara suas qualidades pelo estudo acurado e metódico. Criticava o politicismo dos estudantes que menosprezavam as disciplinas que não favorecessem a elaboração de discursos partidários que pudessem abrilhantar as discussões parlamentares. Com idéias arraigadas de um católico de convicção, não admitia a intromissão do temporal no espiritual, decorrência indesejável do sistema político vigorante da religião do Estado.

Pereira do Rêgo substituiu Zacarias de Gois na Cadeira de Direito Administrativo, disciplina com poucos atrativos para os estudantes.

O eloqüente José Antônio de Figueiredo, que influenciou extraordinariamente o corpo discente da Faculdade, emocionando a quantos o ouviam.

Silveira de Sousa, político, administrador, Ministro, o homem de vária ilustração, dirigiu os destinos do Ceará, do Maranhão e de Pernambuco. Lecionava monotonamente, lendo suas aulas escritas. A Clóvis Bevilaqua não agradavam essas preleções insípidas e pouco atraentes, não obstante serem em boa linguagem e apreciáveis pelos conceitos nelas emitidos. Como idéia religiosa, sustentava a liberdade de culto em respeito à sincera convicção e à íntima necessidade da manifestação de fé. Atacava com ardor as monstruosidades já testemunhadas pela História, os massacres, as torturas, as perseguições feitas em nome de um Deus de Paz e Caridade. Defendia a liberdade de imprensa como único remédio contra os erros e prepotências.

Aprígio Guimarães, recém-chegado do Ceará, onde ocupara a Secretaria do Governo e a direção do órgão conservador "Pedro II", entrou como professor de Economia Política no mesmo ano em que se matriculou Távora na Faculdade. Era idolatrado pelos alunos por sua tolerância, liberalidade e simpatia. Era da mesma linha de convicções religiosas dos antecedentes. Católico praticante, só compreendia a vida em sociedade sob a égide da Liberdade. Repetia sempre o tríptico: "Deus, Pátria e Liberdade". E "onde está Cristo está a Liberdade". Conceitos atuais que revelam um espírito bem além de seu tempo.

O cearense Liberato Barroso, poliglota e reformista, tendo passado pouco tempo na Cátedra, não deixou, no entanto, de produzir efeitos sobre a formação dos estudantes, conhecedores de suas qualidades superiores de espírito, demonstradas desde o seu memorável concurso, quando, na defesa de tese, colocou a banca examinadora em vexatória situação.

Todas estas personalidades plasmaram os espíritos dos que passaram pelos bancos da Academia de Direito do Recife entre os anos de 1859 e 1863. Foram homens de escol, formados na linha tradicionalista, cumpridores de seus deveres, conhecedores profundos de suas especialidades, e comunicadores distintos, claros

e convincentes, éticos, filósofos e moralistas. As exceções eram raríssimas. Além dos conhecimentos de suas matérias, procuravam formar caracteres, plasmar mentalidades, certos de que, aqueles que no momento ali estavam, seriam os futuros mestres, continuadores de suas obras, formadores de outras personalidades. Defendiam os seus ideais cristalizados num profundo e contínuo esforço de atualização e aprofundamento, com as atenções cravadas no que se fazia na Europa, especialmente na França. Não deixavam, todavia, de procurar em seus próprios raciocínios os conceitos e explicações mais adequados para os fatos correntes no meio em que atuavam.

Nem só de bons professores depende a formação intelectual do homem. O esforço pessoal pela perfeição, a admissão à intimidade das questões mais relevantes, a procura dos segredos do conhecimento e os prolongados serões na busca do que não for revelado por outros, só esse continuado e persistente ânimo nos farão penetrar na verdadeira essência do Saber. E isso só será conseguido com o aprendizado da complexidade dos processos empregados para ensinar a pensar. Pensar - esta precípua função do curso superior das Faculdades. Ensinar a pensar para ensinar a ensinar, no conceito Osleriano.

Estes juízos dominavam as mentes dos professores recifenses naqueles recuados tempos. Sabiam transmitir com métodos próprios e acomodados ao meio o que recebiam da influência européia. O equipamento de ensino era o mais exíguo possível, não existindo qualquer outra forma, senão a preleção. Mas ensinavam com tal convicção e conhecimento da matéria que empolgavam os alunos, conseguindo assim cumprir o verdadeiro dever do professor, o de alargar os limites do saber, engrandecendo a sua Faculdade, influenciando os espíritos, preparando os líderes.

Desta maneira, neste local onde a velha faculdade funcionava, transferida de Olinda em 1852, para o antigo Palácio dos Governadores, estava bem marcado o período de maior progresso da tradicional Escola do Mosteiro de S. Bento. Houve alteração no sistema, modificações nos Regulamentos, e um toque de felicidade em todos aqueles que se achavam ligados à Escola. Longe

de desejarem ficar envoltos no manto de Strabo, olhavam confiantes para frente porque tinham bons e honestos professores.

A direção da Faculdade era exercida pelo Visconde de Camaragipe, que contava com o favorecimento das autoridades recifenses no máximo de suas possibilidades, às vezes mesmo com liberalidade, no empenho do permanente incentivo aos alunos. Estimulavam aquilo que mais tarde se chamaria espírito universitário.

1863 foi o último ano de Franklin Távora na Faculdade. Desde o ano anterior havia uma certa agitação em virtude do concurso para o preenchimento da vaga de Moreira Guerra. Ganhara Drumond. Além do mais, evidenciando uma exagerada tutela do Poder Central, agitava-se o meio acadêmico com as discussões em torno do caso da tradução das "Questões de Filosofia" de Charma. O Ministro do Império Sousa Ramos exigiu uma explicação do Diretor por esta grave irregularidade. O governo tinha preferência pelo livro de Barbe... Mas eram coisas do tempo e, no dizer de Omar Khayan, "os sábios e os filósofos mais ilustrados caminharam nas trevas da ignorância. E eram os luzeiros do tempo"...

A turma de 63 era constituída de 24 pernambucanos, dez baianos, dez cearenses, quatro sergipanos, quatro alagoanos, quatro paraibanos, e outras Províncias representadas com um ou dois bacharéis.

Estava lançado assim, à vida prática, o nosso ilustrado conterrâneo. Já podia ser candidato a uma vaga de promotor no Ceará ou Paraíba. Preferiu, no entanto, permanecer no Recife, onde o meio intelectual o chamava para maiores vôos. Possuía uma base de conhecimentos suficiente para vencer em qualquer campo. Encorajado pelo que já havia produzido literariamente, não deixou de mais e mais estudar, ler, atualizar-se. Em breve, de sua pena mais amestrada, começariam a sair trabalhos que sacia-riam a fome de literatura que era corrente da época.

Já conhecemos o corpo docente, vejamos o discente.

Os anos de 1862 a 70 foram, no Recife, de grande agitação intelectual. Gonçalves Dias e Álvares de Azevedo estavam na moda. Eram discutidos, recitados, criticados. Surgiu, então, a personalidade atuante e dominadora de Tobias Barreto de Menezes. Che-

gado ainda muito moço àquela cidade, logo deu mostras de seu talento, compondo, ainda a bordo, uma produção de valor indiscutível: *À vista do Recife*. Verificou-se, então, uma modificação no panorama das letras. Um outro jovem na mesma cêpa, de estilo bem diferente, começava também a aparecer nas rodas literárias: Castro Alves. Foram amigos e se dedicaram mutuamente suas produções. Rivalizaram-se depois, cortando relações por certo tempo. Motivara essa desavença entre os vates ciúme em torno de uma atriz que na época se apresentava no Teatro Santa Izabel. Ficaram célebres os espetáculos que os partidos que então se formaram em torno dessas duas figuras ofereciam gratuitamente aos freqüentadores do Teatro. O público estarrecido e ao mesmo tempo entusiasmado por um ou outro lado, vibrava com a demonstração de inteligência dos jovens estudantes. Somente com a ausência de Castro Alves, que se transferiu para São Paulo, cessaram essas hostilidades literárias. Eles não eram os únicos. Apareciam nos jornais e salões as figuras de Plínio Lima, Castro Rebello, Vitorino Palhares e Franklin Távora. Este não era bom versejador, mas, com alguma bagagem literária, aprontava-se para a sua campanha em prol de uma caracterização das letras nordestinas. Tinha já espírito polêmico, era inteligente e liderava certa corrente que estava possuída de verdadeira vontade de progredir neste campo, como única vocação.

Era o tempo da Guerra do Paraguai e todas as atenções estavam voltadas para as ações da luta fratricida. Recife era um ponto de convergências das tropas nortistas que se dirigiam para o campo de batalha. Estas partidas eram motivo para celebrações populares, com demonstrações de patriotismo e de coragem. Nessas ocasiões, poetas e prosadores colocavam suas liras e suas penas a serviço da causa comum do povo brasileiro. Muito ardor e muitas demonstrações nas ruas ao som de marchas militares.

Na crítica ao *Diário de Lázaro* de Fagundes Varela, Franklin Távora nos revela, nos dá uma idéia do que eram aqueles dias. Diz ele: "A musa do Norte vibrava aos alvoroços dos guerreiros. Palhares formava, dia a dia, a cada notícia de um feito glorioso, os hinos que pela segunda vez viram a luz, onde se encontram

exaltações formosíssimas. Tobias Barreto à frente da mocidade acadêmica, nas ruas do Recife, produzindo verdadeiro delírio, levantava o entusiasmo popular com o seu verbo ao mesmo tempo épico e lírico, ao mesmo tempo mimoso e coruscante."

Um exemplo de tais manifestações foram os versos seguintes, capazes de fazer arder o sangue daquela mocidade já bastante motivada pela Imprensa, pelos políticos e pelos militares:

"Juntemos as almas gratas
De colegas e de irmãos
O vento que acorda as matas
Nos toma os livros das mãos.
A vida é uma leitura
E quando a espada fulgura
Quando se sente bater
No peito heróica pancada
Deixa-se a folha dobrada
Enquanto se vai morrer"

No mesmo tom, aparecem *Cantos e fantasias* de Varela, em plena guerra, na sua sensibilidade meiga, sonora e melancólica, entre abstrações de Morte ou Vitória, cantos de uma vibração cadente, de uma alma apaixonadamente pacífica e, ao mesmo tempo, paradoxalmente guerreira, destemida e patriótica.

A guerra passou, chegou o grande dia da vitória tão almejada. Os momentos sombrios, a lembrança e as marcas do copioso sangue brasileiro derramado nos campos de batalha superaram, em breve, o cansaço, o desânimo, para acender em poetas e prosadores um novo alento, agitando a musa dos vales que cantavam agora, não mais os tristes dramas dos soldados, nem lágrimas ou aves agoureiras, mas o patriotismo dos valorosos patrícios que com seus atos de heroísmo repetidos a cada dia, prepararam um futuro promissor para o "Gigante da América do Sul".

É conhecido o papel exercido pelas guerras sobre as atividades de uma nação. Tudo muda numa atmosfera belicosa. Transformações substanciais são efetivadas nos costumes, na maneira de viver, no comportamento das pessoas. Não fugiu à regra

o Brasil, desde os preparativos da campanha e, muito mais ainda, quando em plena ação. No após guerra, com a vitória de nossas armas, uma euforia nunca experimentada por outra nação americana tomou conta do país.

O Brasil ufanava-se de sua posição de liderança. É verdade, havia perdido muitos dos seus mais valorosos filhos, suas finanças estavam seriamente comprometidas, mas, tornara-se o padrão de heroísmo, o orgulhoso vencedor das maiores batalhas já travadas em solo americano. Durante todo o conflito, acendera-se em muitos escritores, particularmente nos historiadores, uma flama de patriotismo que fazia serem despejadas de suas cornucópias literárias obras poéticas, líricas, românticas, histórias que mais elevaram a ousadia e animosidade do brasileiro. Era exaltada a raça, incitada a bravura, celebrado o heroísmo. Relembravam guerras passadas, arrojo de antigos guerreiros, ações extraordinárias de personagens notáveis. Varnhagen também apareceu com a sua *História das lutas com os holandeses no Brasil*, procurando, na rememoração dos atos de bravura praticados na Bahia e em Pernambuco na defesa do solo pátrio nas mãos do batavo, impelir o povo brasileiro e, particularmente, os seus homens válidos à demonstração de valentia e intrepidez.

Na reorganização do país, todos os homens de inteligência tiveram que doar esforços especiais na reconstrução da Pátria. O Norte, o Nordeste, que muito contribuíram com seus mais valentes soldados, sofreram perdas significativas, em vista da quase dizimação de batalhões inteiros que sucumbiam tanto vitimados pelos azares da guerra como pelas doenças epidêmicas reinantes nos campos de batalha.

Havia necessidade de uma tomada de posição, de uma reunião de forças para o prosseguimento da vida nacional. Franklin Távora teve sua parte nesses acontecimentos. Tomando posição entre os liberais, teve uma atuação das mais salientes, pondo à liça as suas admiráveis qualidades de bom orador e, sobretudo, de agressivo polemista.

Neste campo, era quase sem par. Esgrimia com a palavra candente, cortante, clara e decisiva, fazendo calar ao contendor

pouco afeito a tais debates. Notabilizou-se nesse ponto, chamando atenção para o seu nome e sendo por isso logo mais convidado a assumir posições de maior vanguarda.

Ainda como atividade de homem público, exerceu a diretoria da Instrução em Pernambuco e a Secretaria do Governo do Pará. Em todas essas dignificantes funções destacou-se pelas reformas empreendidas e pelas medidas acertadas. Era de estranhar que espírito tão dinâmico e vivaz não enveredasse também pelo campo do jornalismo. Cedo foi reconhecida essa sua qualidade e chamado a dirigir órgãos da imprensa.

A força de sua ardência polêmica teve progressivo desenvolvimento nas páginas de *A Verdade*, órgão da Maçonaria recifense. Nesta folha, empreendeu uma das mais ruidosas campanhas já aparecidas no Brasil, a que foi lançada contra o jovem Bispo D. Fr. Vital de Oliveira.

Desde a posse do antístite já se prenunciava uma atitude diferente daquela vigorante no governo de outros bispos. Confirmado no Consistório de 22 de dezembro de 1871, por Pio IX. Tinha então 26 anos. Foi sagrado em Roma, na Catedral de São Paulo, a 17 de março do ano seguinte, pelo Exmo. Arcebispo do Rio de Janeiro. Ferviam as controvérsias, preparavam-se as polêmicas, mesmo antes da chegada do Bispo em Recife, pois, empossado por procuração, só em maio chegaria à sede de sua Diocese.

Apesar da pouca idade de D. Vital já eram bem conhecidas as suas atitudes, mui especialmente no que se referia à atuação da maçonaria. O Conselheiro Zacarias teve a coragem de afirmar, em pleno Senado, que teria feito guerra ao Gabinete do Visconde do Rio Branco, desde o início, caso se encontrasse na Câmara, pois repudiava o espetáculo que dera o chefe do gabinete presidindo lojas maçônicas e perseguindo o poder espiritual católico, não vendo mais no Presidente do Conselho um Ministro sério.

No Ceará também repercutiram esses fatos. A maçonaria cearense tinha muitos e influentes prosélitos, contava com boa parte da imprensa e vivia uma fase de grande progresso. Naquele ano, festejara o dia de São João com um concorrido baile em sua sede. Os católicos tomaram isto como um acinte e protestaram

energicamente. Classificaram estas disposições dos seus contrários como uma profanação sem precedentes, uma provocação à maioria católica. Estava iminente um choque de maiores proporções entre as duas forças. A Igreja não suportava mais as insólitas e diárias agressões.

O problema tinha raízes mais profundas. A intromissão do poder temporal no âmbito do religioso estava gerando as situações mais embaraçosas. Os padres não admitiam ser considerados empregados públicos, obrigados a prestar contas dos mínimos detalhes de seu ministério sagrado a simples funcionários burocráticos. Ademais, cresceu a repulsa quando o Ministério criou a obrigação, por parte dos párocos, de adquirirem os livros de registros e de os enviarem, em certos prazos, a uma repartição pública para serem rubricados. Isto encheu as medidas. Vigários das mais distantes freguesias vinham diariamente às folhas católicas com os seus mais veementes protestos, manifestando indignação pelo que estava ocorrendo, face à indisposição e ares de superioridade demonstrados pelos espevitados e incompetentes amanuenses. Em todas as províncias era notória a insatisfação.

A atitude de D. Vital é por demais conhecida. Protestou, tomou medidas enérgicas e por isso recebeu apoio imediato de outros Bispos e, particularmente, de D. Macedo Costa, Bispo do Pará, que já vinha publicando pela imprensa uma Pastoral baseada nos ensinamentos do I Concílio Vaticano.

Franklin Távora, maçom de primeira linha, tomou logo posição contra os dois prelados, especialmente D. Vital, o que lhe estava mais próximo. Pelo jornal sob a sua direção atacou duramente o valente e santo Bispo pernambucano. A "Questão Religiosa," como passou à posteridade, encontrou nos ânimos fortes dos dois destemerosos contendores muita pujança de atitudes e de opiniões, que fazia pender, ora para este, ora para aquele lado, os sentimentos apaixonados de toda a população brasileira.

A Igreja proibiu, sob pena de pecado grave, a leitura da folha de Távora; mas, conta ele, mais de 2 mil exemplares, distribuídos gratuitamente, eram disputados à porta da redação. Em carta a um amigo, anos mais tarde, relembra a efervescência da

campanha, vibrando ainda com a reação causada no público por seus artigos escritos no calor da luta.

Sem esquecer os seus pendores literários, já que iniciara a sua vida intelectual pela publicação de romances e dramas, continuava, vez por outra, a lançar livros de cenas da vida nortista, especialmente pernambucana, onde, com arguta observação e apreciável poder descritivo, pintava quadros dos costumes da terra e da gente da zona da mata e do agreste.

Aliás, cabe aqui um parêntese neste escorço, uma chamada à atenção dos intelectuais cearenses para a primeira manifestação literária de Távora, ocorrida quando ainda ele menino, antes dos 16 anos de idade.

No jornal de Pedro Pereira, *O Sol*, na seção "A pedidos", obséquios a algum vaidoso parente, aparece o futuro esgrimista da pena com sua iniciante produção, muito ingênua, infantil mesmo, mas, reveladora de promissora vocação.

Os versos são epigrafados pelas estrofes de Casimiro de Abreu:

"Tem tantas belezas tantas,
A minha terra natal,
Que nem as pinta um poeta
E nem as sonha um mortal"

Está evidente a nostalgia de um exilado quando canta as saudades de seu Candéia, das serranias que devaneia, sonhando ao longe com a ainda recente liberdade que gozara no vale baturiteense. Vale a pena ler os versos de Franklin Távora na sua saudosa evocação. Sobreleva, especialmente, ter ele conhecimento das produções de Casimiro, quando se sabe que a primeira edição do poeta de *Meus oito anos* é de 1859, e Távora, um ano antes, já demonstrava ser influenciado pela lira de Abreu. É de crer-se que ainda menino acompanhava Távora os passos do poeta da Barra de S. João, também quase menino, em sua iniciante carreira literária em Portugal, e por ela deixava-se influenciar, na admiração de um arrebatado de uma poética espontânea e meiga, atraente e alentadora.

Távora, como Casimiro, "livre filho das montanhas", rememorava os dias felizes e ditosos, às margens do riacho do sítio de seu avô, vivendo:

" . . . . . satisfeito,
De camisa, aberto o peito,
Pés descalços, braços nus,
Correndo pelas campanhas
À roda das cachoeiras. "

Nunca foi boa, nem aceitável a força versejadora de Távora. Faltou-lhe espontaneidade, era pouco natural, às vezes afetado, não agradava. Na comemoração do centenário Camoniano, já nome consagrado, tentou homenagear o vate português em versos clássicos. Patenteia-se, na *Poliantéia da Revista Brasileira*, a falta de recursos métricos e do estro do nosso conterrâneo. A comparação com outras produções alusivas ao jubileu apresentadas pela intelectualidade brasileira do fim do século realça a grande desarmonia.

A aceitação da literatura de Távora, aliás, foi sempre puramente regional. Fora do Norte nada transparecia. Isto fez vingar no espírito do escritor uma certa revolta por esta atitude incompreendida dos responsáveis pela maior divulgação das produções do Norte e, por extensão, aos intelectuais sulistas. Criou-se em sua mente um verdadeiro estado doentio, mais agravado pelo fato de José de Alencar não ter agradecido a remessa que lhe havia feito de um de seus livros. A falta da palavra tão esperada do festejado romancista patrício fez Távora explodir com uma campanha contra Alencar, em quem ele via a figuração daquilo que mais o aborrecia: o romance cortesão, com cenas fabricadas em gabinetes, por escritores sem dúvida munidos de bom e atraente estilo, mas, sem vivências dos hábitos e costumes nortistas. Estes intelectuais, além do mais, eram favorecidos pelas facilidades encontradas na Corte e impunham ao resto do Brasil os seus folhetins e romances da mais larga divulgação.

Nesta inglória campanha, associou-se a Castilho, mal sabendo que estava aliado a um homem de precedentes um tanto duvi-

dosos e que era movido por interesses equívocos. E por trás, ainda outros, políticos contrários ao romancista, urdiam suas tramas no sentido de ferir e denegrir o ilustre ministro. Távora, em sua boa fé, longe estava de enxergar a insídia desses falsos amigos. Ardoroso como era, não teve mãos a medir; profligou o quanto pôde o seu notável e invejado conterrâneo criador do romance épico nacional.

Cavalcanti Proença resume tudo isto numa frase: "tramóia de Feliciano". Em *Questões do Dia*, Távora procurou fazer uma análise quase científica da obra de Alencar. Foi aos mínimos detalhes. Utilizou todos os seus conhecimentos dos princípios dedutivos da crítica e análise literárias, aprendidos da Filosofia alemã, quando ainda estudante era influenciado por Tobias. Desmontou as estruturas e pormenorizadamente julgou cada passagem da obra alencarina, não perdoando os desculpáveis erros, nem mesmo as liberdades literárias, históricas, gramaticais e semânticas do prolífico e imortal escritor. Apaixonado como era, em "Cartas de Cincinato", registrou o resultado de seu profundo e paciente estudo. Encontrava, nos romances largamente difundidos, imprecisões de linguagem, neologismos descabidos, falhas indesculpáveis.

Colocava, todavia à mostra, todos os seus recalques e idiossincrasias. Achou que poderia falar em nome de uma literatura do Norte, diversa daquela que se divulgava no Sul, e na defesa desse seu ponto de vista tomou uma posição incompreendida até hoje. Arrastou-se a um verdadeiro chauvinismo que nada construía, apenas criava uma atmosfera de antipatia em torno de seu nome.

Agia, no entanto, de boa fé. Longe dele qualquer outro sentimento que não fosse daquele de defesa de seu modo de entender, ponto de vista honestamente aceitável, mas reconhecidamente indefensável. A prova está em que a obra de Alencar persiste, admirada, elogiada, apesar de seus reconhecidos defeitos. A de Távora não teve o mesmo sucesso. Ninguém nega a primazia que lhe cabe de iniciador de um tipo de literatura regionalista, explorando temas e figuras ainda até então não manejados. Foi pioneiro do moderno naturalismo do romance brasileiro. Não me proponho aqui, por falta de conhecimento da matéria e por outros já o terem feito, e

com grande profundidade, analisar a obra literária de Franklin Távora em seus diferentes aspectos. Tentarei, no entanto, olhar a sua participação num campo diverso: o de historiador.

É fato notório que um dos primeiros trabalhos publicados de Távora foi um romance histórico, no qual, ao lado de procurar homenagear a sua terra natal, demonstrava os seus pendores de bom narrador. Era assim uma história romanceada das desventuras de Pero Coelho em sua viagem ao Ceará, em 1603. Obra volumosa, rica de detalhes, mas cheia de lendas apanhadas na tradição oral e de alguns documentos que teve a oportunidade de manusear. Nota-se, já, um certo pendor, uma tendência que mais tarde se confirmaria, a de procurar sempre em historiadores idôneos a fonte de sua inspiração.

Como romance histórico publicou *Lourenço*, *O Matuto*, e *O Cabeleira*, retirados os seus enredos das páginas de Abreu e Lima e Fernandes Gama sobre acontecimento da Guerra dos Mascates. Há os que negam qualquer mérito a trabalhos dessa natureza; mas não deixam de ter o seu valor, por despertarem nos que os lêem o interesse pela elucidação dos fatos reais, levando-os à pesquisa e, por esta via, ao estudo da História-Ciência. Muitas vocações de historiadores tiveram início desta maneira.

José Honório Rodrigues não nega valia ao romance histórico sob este aspecto. É comprovação do interesse de Távora pela História a sua eleição para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não são do meu conhecimento as circunstâncias de seu ingresso no sodalício pernambucano; porém, no brasileiro, apresentou ele, como requeria o Regimento, um trabalho de sua lavra: *Os patriotas de 1817*. O tema agradava-lhe, era polêmico e, ademais, dava oportunidade a que expendesse as suas idéias de liberdade como a entendia, e demonstrasse sua aversão pelo colonialismo português. Muitos dos documentos da Revolução eram-lhe de fácil acesso, porquanto, como membro saliente da maçonaria recifense, podia livremente manusear os mais secretos papéis ciosamente guardados nos arquivos das Lojas.

Na reunião de 26 de maio de 1880, fora apresentada a sua proposta para a categoria de sócio correspondente, assinada pelos

sócios efetivos César Marques, Honório Figueiredo, Moreira de Azevedo e Norberto de Sousa e Silva. A 18 de junho do mesmo ano, em sessão que contava com a presença de Sua Majestade o Imperador, foi lida a apreciação da Comissão designada pela Presidência para estudar o seu currículo.

Dizia ela, em suas considerações, que pelo cuidadoso exame feito na "Memória" apresentada, verificara que se tratava de uma narrativa escrita com bastante talento e critério sobre os acontecimentos de Pernambuco no começo daquele século. Achavam os julgadores ainda cedo para uma apreciação serena, porquanto eram fatos relativamente recentes, "lutas de nossos dias", não havendo ainda isenção de ânimos para apreciá-las. Lamentava e Comissão ter encontrado, no trabalho apresentado pelo candidato, críticas não muito bem justificadas a um dos luminares da historiografia nacional, o douto e incansável Varnhagen. Reconheciam em Távora um aspirante promissor a uma futura vaga no Instituto e, desde já, valia a pena aceitá-lo como sócio correspondente, apesar de sua pouca habilidade de se ter apresentado ferindo suscetibilidades e, de quem. . .

Mas, era assim o temperamento de Franklin Távora: sincero, honesto, parecendo desabusado. Fora reconhecida pela Comissão a sua tendência "bem saliente para a ordem de estudos de que se ocupa o sodalício". Examinada a sua bagagem literária, justificaram o gênero explorado pelo candidato, tão bem representado em *Os índios do Jaguaribe.*

Acolhido na mais alta instituição cultural do Império, achou muito bem pagos os seus esforços de longos anos. Agradou-lhe, sobremodo, a companhia de tantos homens de reconhecido saber, muitos deles dedicados totalmente à pesquisa e ao ensino.

Nesse mesmo ano de 1880, na Assembléia Geral de dezembro, foi eleito membro da Comissão de Pesquisa e Manuscritos, juntamente com Alfredo Piragibe e Nicolau Joaquim Moreira. Em junho de 1881 lê o seu primeiro trabalho no Instituto, uma *Memória sobre o Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca.* Este trabalho, com maus subsídios sobre os acontecimentos do começo do século no Nordeste, teve sua publicação inserta no nº 8 da *Revista*

Brasileira. Freqüentando com certa assiduidade as reuniões, foi chamado algumas vezes a servir de secretário *adhoc*, continuando sempre na Comissão de Pesquisa e Manuscritos.

Oportunidade que não deixou passar sem manifestar o seu brilho surgiu a 15 de novembro de 1881, quando, já sócio efetivo, fez o discurso oficial na sessão magna de encerramento, na presença de D. Pedro II, que dava a máxima importância a este acontecimento. Produziu uma oração magnífica, fazendo elogio do Visconde de Santa Izabel, de Cândido Mendes, do Barão de Japurá, Ludgero Lapa, de Perdigão Malheiros e do Barão de Taunay. Todos eram personalidades desaparecidas no correr daquele ano. Estudou a vida de cada um, retirando de suas biografias os traços mais salientes e dignificantes. Esqueceu os velhos ressentimentos do tempo da "Questão Religiosa", quando discutira duramente com o historiador maranhense que pugnava com bravura em campo oposto ao seu, na defesa do destemeroso Bispo olindense. Sintetizou toda a razão da controvérsia que sustentara anos antes e, com palavras elegantes, procurando não ferir nem magoar, falou com sinceridade sobre a atuação de Cândido Mendes. Referiu a sua formação monástica e sua influência no seu tempo.

No ano seguinte foi novamente convocado para a nobilitante missão de orador da Sessão Magna. Fez um estudo da literatura nacional desde as primeiras manifestações do romantismo, particularizando o romance histórico. Reveladas mais uma vez as suas qualidades de grande orador, foi eleito efetivamente para esta função espinhosa, onde a cada ano mais primava na tribuna com orações bem demonstrativas de sua cultura humanística. Conhecia bem o francês e o alemão, fazendo citações nas duas línguas.

Nessa época, ocupava uma importante função na Secretaria de Estado e por isso não era tão assíduo como dantes às reuniões do Instituto. Queixava-se disso, por lhe serem roubadas horas preciosas para o estudo e elaboração de trabalhos, vivendo metido em papelório burocrático, gastando tempo e energia sem nenhum proveito para a sua verdadeira vocação.

Como orador, permaneceu até ser eleito primeiro secretário, em 1887. Era também membro da Comissão de Estatutos e da

Redação da *Revista Trimestral.* Como redator já tinha longo tirocínio, pois, além de ter dirigido jornais, era também fundador e principal responsável pela *Revista Brasileira.* Este periódico, de prestigiosa circulação, tinha magnífica apresentação gráfica e contava com a colaboração dos mais expressivos intelectuais do Brasil. Era de natureza polêmica, provocando constantes rusgas em diversos setores, o que motivou o seu desaparecimento após dois anos de tiragem. Colaboraram nela Machado de Assis, José Veríssimo, Macedo Soares, Sílvio Romero, Carlos de Laet, Taunay e alguns intelectuais portugueses da mesma linha. Quase todos aqueles companheiros de Recife vez por outra apareciam com as suas colaborações. Nela foi estampado *Lourenço* e também *O Sacrifício,* conto de costumes pernambucanos. Távora fez, em sua Revista, crítica literária, publicou versos, festejou *Os Lusíadas* com uma edição especial.

Na sua permanência de oito anos no Instituto, poucas vezes levou à Casa trabalhos de natureza histórica, fora os dois já referidos; no entanto, tomou a iniciativa de apresentar ao convívio da Instituição individualidades da mais expressiva representação na historiografia nacional. Dentre estes, o nosso Dr. Paulino Nogueira, que apresentou como bagagem literária, concorrendo para uma vaga de sócio correspondente, o seu "Presidente do Ceará", recentemente reeditado, o *Vocabulário indígena* e *A execução de Pinto Madeira perante a História.* Os dois últimos publicados na revista do Instituto do Ceará nos anos subseqüentes.

Nesse mesmo ano de 1887, Távora comunica com real satisfação a recente instalação do Instituto do Ceará e pede a ajuda do Instituto Brasileiro, instituição mater, para que o novel sodalício prossiga na meta a que se propõe. Capistrano de Abreu também ali chegou pelas mãos de Franklin Távora. Apresentou o seu trabalho *O descobrimento do Brasil e o seu desenvolvimento no século XVI.* A Comissão que examinou esta obra não teve dúvidas em reconhecer a manifestação do cabedal cultural do autor, ainda desconhecido, ressaltando "o seu estilo elegante e claro e sua crítica conscienciosa".

Távora sentia-se perfeitamente à vontade no Instituto. Conhecendo como nenhum a sua estrutura e intimidade, as finali-

dades e modos de ação, teve a iniciativa de sugerir certas modificações estatutárias que foram discutidas e aprovadas, melhorando o rendimento do trabalho ali desenvolvido.

A próxima celebração do 50º aniversário do Instituto surgiu como grande oportunidade para Távora demonstrar a sua extraordinária capacidade e sua dedicação. Já apareciam nessa época alguns sinais de uma precoce decadência física. A sua fotografia aqui apresentada e que é de pouco antes de sua morte, bem o demonstra. Doenças freqüentes o impediam de freqüentar as sessões, mesmo as mais importantes. Contudo, não abandonou os encargos de que se achava responsável. Dá testemunho disso, uma referência epistolar de Capistrano. Aos 45 anos, aparentando muito mais idade, enfraquecia dia a dia. Além do mais, a família numerosa dava-lhe preocupações de pai extremoso e dedicado, vendo-se na impossibilidade de proporcionar-lhe melhor amparo em vista de sua precária situação econômica. Manifestou esse desagrado por diversas vezes. Contudo, não deixou de cumprir as suas obrigações na Comissão do Jubileu, que desejava fosse à altura do renome e importância do principal centro cultural da nação. O Dr. João Severiano, vendo o esforço inaudito de Távora, não teve dúvida em atribuir ao excesso de trabalho a causa primordial da morte prematura do escritor.

Morreu Franklin Távora. Esgotou-se até não mais ser possível esconder o seu extremo depauperamento. Uma hemorragia pulmonar incontrolável levou-o ao túmulo, diante da impotência da Medicina da época. Tudo foi feito, com a aplicação dos mirrados recursos terapêuticos conhecidos de seus médicos assistentes. Pobre como era, deixou a família desamparada. O Instituto procurou minorizar esta situação, estudando conceder uma pensão mensal de 50$000 (cinqüenta mil réis) à inconsolável viúva, mas não pôde efetivar a benemerência, em vista de empecilhos estatutários bem claros. Havia expressa proibição.

Todos foram unânimes, em diversas manifestações, em reconhecer a importância de seus trabalhos literários, o seu infatigável zelo, amor e dedicação à causa pública, a par de um desmedido desinteresse pessoal, indicando ao governo a maneira de obviar a

vicissitude dos familiares de tão talentoso e probo cidadão. Os próprios consócios, por pedido de Escragnolle Taunay, cotizaram-se e, sem exceção, assinaram suas parcelas de contribuição nesta coleta.

O lugar dantes ocupado por Távora na Comissão do Jubileu foi dificilmente preenchido, pois, nenhum outro consócio se encontrava em condições de prestar os serviços que ele vinha desenvolvendo com tanto ardor, entusiasmo e responsabilidade.

Em todas as atividades a que se dedicou, Franklin Távora deu mostras de uma formação superior e de um caráter inexcedível. Temperamento ardente e vibrátil, defendia com vigor as suas opiniões. Tinha idéias próprias e pensamento ágil. Na política, na Administração e no serviço desinteressado, mostrou quanto valia a sua inteligência e sua pertinácia. Em quase todos os campos literários, na Imprensa, e, sobretudo, na *Revista Brasileira*, pôde oferecer um contributo de real significação no panorama intelectual brasileiro no fim do século XIX. Zelava pela dignidade da língua nacional, tinha facilidade de construções elegantes, mas faltava-lhe a novidade da imaginação e o colorido do estilo. Investigava sempre, com paciência e método e, se não nos deixou maiores contribuições historiográficas, não foi por culpa sua, de seu espírito tenaz, nem ausência de capacidade para tanto.

Relembrando a sua passagem terrena, devemos sempre render-lhe homenagens que bem as merece o nosso conterrâneo, pioneiro de uma literatura puramente nordestina, pela valorização do homem campesino, com suas vivências e reações bem diversas daqueles sulinos inspiradores de romancistas e contistas meridionais.

Foi, não resta dúvida, uma figura que iluminou a sua época e sua terra, e que deixou no mármore das letras impressas os traços indeléveis da perpétua notícia de sua vida. Utilizo as suas próprias palavras, ao falar em ocasião adequada, para encerrar este trabalho: "Tais vultos devem ser trazidos a público conforme estavam no ilustre sepulcro. O historiador que os desenterra não tem o direito de limpar-lhes o pó ancião, porque neste pó, muitas vezes, está a heroicidade, a grandeza moral, o amor da Pátria".

Fortaleza, 6 de abril de 1979

Bibliografia

1 - Adonias Filho, "Aspectos sociais do romance brasileiro". Rev. Brasileira de Cultura, nº 3 (1970) p. 157.

2 - Antologia Cearense 1ª série, 1957 p.225.

3 - Bandeira, Manuel in Enc. Delta Larousse p.3441.

4 - Barreira, Dolor. História da Literatura Cearense, 2º vol. p.136.

5 - Beviláqua, Clóvis. "Franklin Távora" Rev. Inst. do Ceará, T. XLVIII (1934) p. 277.

6 - Beviláqua, Clóvis. História da Faculdade de Direito do Recife.

7 - Bibl. Int. de Obras célebres, V. XII "Prenúncio de Guerra", p. 5.869.

8 - Braga Montenegro, J. "Uma antologia do conto cearense" p. 15.

9 - Girão. Raimundo, Rev. da Academia Cearense de Letras, Ano LXVIII (1969) p. 124.

10 - Colares, Otacílio. Prólogo de "O Paroara", Ed. 1974, p 10.

11 - Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira, Ed. Cultrix, 1969 p.246 (Joaquim em vez de João).

12 - Távora, Manuel Pinheiro. "Genealogia dos Távoras", Rev. Inst. Ce. (RIC) T. LXXXV (1971), p.85.

13 - Rev. Trim. do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IGHB).

14 - "O Sol" Fortaleza, 21.08.1859.